



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

O **MUNICÍPIO DE DELTA/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.020.881/0001-75, com sede na Rua Adilson Antônio Carneiro, nº 25, na cidade de Delta/MG, através do(a) Agente de Contratação (pregoeiro) e equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 4769/2025 torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 16/2026, regido nos termos da Lei Federal 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pelas demais condições fixadas neste instrumento de Edital, torna público, para conhecimento dos interessados, que, realizará a licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica**, com critério de julgamento **Menor Preço Global**.

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços de engenharia, destinados à construção da Unidade de Saúde da Família (USF) de porte I, denominada Maria José da Silva.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 2.141.270,75 (dois milhões cento e quarenta e um mil, duzentos e setenta reais e setenta e cinco centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:**

Dia: 29/04/2026 às 09h00min

**INÍCIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS:**

Dia: 29/04/2026 às 09h15min

**FIM DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS:**

Dia: 29/04/2026 às 09h25min

**ABERTURA DA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:**

Dia: 29/04/2026 às 09h 30min

**Suporte legal:** A presente contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores atualizações.

**Forma de realização da concorrência eletrônica:** Através do portal [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

- Anexo I** – Termo de Referência;
- Anexo II** – Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo III** – Modelo de Declarações;
- Anexo IV** – Minuta do Contrato;
- Anexo V** – Orçamento completo (QR Code);
- Anexo VI** – Projetos da obra (QR Code);
- Anexo VII** – Matriz de risco (QR Code);
- Anexo VIII** – Cronograma Físico Financeiro.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

#### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços de engenharia, destinados à construção da Unidade de Saúde da Família (USF) de porte I, denominada Maria José da Silva.

**1.2. O orçamento completo da obra pode ser acessado pelo link constante no [Anexo V deste Edital](#).**

#### **2. DO CREDENCIAMENTO**

2.1. Para participar da concorrência eletrônica, o licitante deverá estar credenciado no sistema “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA” através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Concorrência na forma Eletrônica;

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

#### **3. DA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Concorrência os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e observância ao art. 4º, da Lei 14.133/21;

3.2. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente no referido certame;

3.3. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações constantes dos anexos;

3.4. Como requisito para participação no CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (PROJETO BÁSICO);

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital e na Lei n.14.133/21;

3.6. Poderão participar deste CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO: os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.6.1. A participação no Concorrência Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.6.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma Eletrônica, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

<b>30 dias</b>	<b>90 dias</b>	<b>180 dias</b>	<b>365 dias</b>	<b>AVULSO</b>
R\$ 134,00	R\$ 224,00	R\$ 377,00	R\$ 557,00	R\$ 98,00

3.6.3. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal na Lei 14.133/21.

3.7. R\$98,00 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.7.1. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de Delta, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.7.2. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.7.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.7.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Concorrência Eletrônico;

3.7.5. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Delta, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.7.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.7.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.7.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. 3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s), inclusiva quanto ao disposto no art. 4º, da Lei 14.133/21;

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.2 e 3.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.2 e 3.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15. Durante a vigência da contratação, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3.16. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

3.17. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.17.1. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

3.18. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.18.1. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.19. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.19.1. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.19.2. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

**4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á fase de lance, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação no prazo de 02 horas aberto pelo pregoeiro; passando desse prazo será desclassificado o fornecedor.

4.2. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

4.2.1. Em caso de identificação do licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;

4.3. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

- 4.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do PROJETO BÁSICO e EXECUTIVO, prevalecerão às últimas;
- 4.5. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;
- 4.6. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;
- 4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;
- 4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- 4.10. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;

6.2. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

6.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

6.4. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

6.5. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

6.6. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta está definido no Edital.

6.10. Haverá intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, no montante de R\$ 1.000,00 (um mil reais)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

- 6.11. Será adotado para o envio de lances no Concorrência eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;
- 6.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 6.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 6.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 6.16. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – PROJETO BÁSICO. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;
- 6.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.18. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 6.19. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 6.20. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 6.21. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 6.22. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 6.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;

6.24. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Concorrência Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

6.25. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

6.25.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

6.25.2. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

6.26. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

6.27. Produzidos no País;

6.28. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.29. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8666/93);

6.30. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

6.30.1. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.30.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

7.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

7.6.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

7.6.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

7.6.5. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

7.6.6. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

7.6.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.6.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

8.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

8.3.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

8.3.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

8.3.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

8.3.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

8.3.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.3.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

## **9. DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO**

9.1. Serão exigidos para fins de habilitação, além daqueles indicados no Termo de Referência, os documentos previstos no art. 62 a 70 da Lei 14.133/21, especificamente:

### **Habilitação jurídica**

1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

### Estado de Minas Gerais

das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física.

11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. Prova de regularidade fiscal perante a Receita Federal;
3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
8. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual poderá auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006.

#### **Qualificação econômico-financeira**

1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais;
2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
4. Para empresas novas, constituídas no exercício de 2026, o balanço será o de abertura.

#### **Qualificação técnica**

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País;

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. No caso de serviços, considerando que a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

9.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no sistema serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.14. A verificação no sistema ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.18. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.19. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

9.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.2.1. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

10.2.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

10.2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

10.2.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

10.2.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros;

10.2.6. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

10.2.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

10.2.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

**11. DOS RECURSOS**

11.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

11.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

11.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta; 12.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

14.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site [www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/);

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

- 14.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;
- 14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;
- 14.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;
- 14.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;
- 14.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 14.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação; 14.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 15.1.5. fraudar a licitação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Delta/MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3. caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública Municipal.

## **16. REAJUSTE**

16.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste aplicando-se o índice IPCA/IBGE, com data-base vinculada à data do orçamento estimado;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

16.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

16.3. Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 ano, o critério de reajustamento será por:

16.3.1. reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

16.3.2. repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação de custos.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço Rua Adilson Antônio Carneiro, nº25 – Centro e endereço eletrônico [www.delta.mg.gov.br](http://www.delta.mg.gov.br).

Delta/MG, 19 de março de 2026.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

*Janaína Lopes Soares*  
*Secretária Municipal de Saúde*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**

## **Projeto Básico**

**UBS Porte 1**

**DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada para executar serviços de engenharia civil destinados à construção de uma unidade básica de saúde porte I, denominada Maria José da Silva, no município de Delta/MG, visando aprimorar a infraestrutura de atenção primária e garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde da população, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

**DA JUSTIFICATIVA**

2.1 A presente contratação fundamenta-se nas seguintes necessidades técnicas e sociais da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Delta/MG:

2.2 - A Atenção Básica configura-se como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e o centro articulador das redes de atenção à saúde, pautando-se pelos princípios da acessibilidade, coordenação do cuidado, vínculo, continuidade e integralidade.

2.3 - As unidades básicas de saúde são as estruturas físicas centrais da atenção básica, estrategicamente instaladas próximas aos cidadãos para assegurar o acesso à saúde de qualidade e a resolutividade das demandas assistenciais.

2.4 - O Loteamento Senador Carlos Lyra carece de uma estrutura própria de saúde, o que impõe à população local a necessidade de deslocamentos para áreas distantes em busca



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

de atendimento. É imperativa a instalação de uma unidade de saúde nesta localidade para suprir a demanda do bairro e das regiões adjacentes.

2.5 - O crescimento demográfico acelerado e a carência de equipamentos públicos adequados exigem a construção de uma unidade com infraestrutura física que assegure assistência qualificada, preservando a integridade física de usuários e profissionais.

2.6 - A obra é essencial para o cumprimento das normas higiênico-sanitárias e resoluções vigentes, tais como a Resolução SES/MG nº 3.982/2013, a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.841/2022, a RDC ANVISA nº 50/2002 e a RDC nº 44/2009.

2.7 - É responsabilidade do gestor público a manutenção e expansão dos espaços públicos, garantindo que as instalações atendam plenamente às demandas institucionais e sociais através de melhoramentos e modernizações.

2.8 - Diante da ausência de mão de obra própria qualificada e em quantitativo suficiente na estrutura municipal para execução de obras deste porte, a contratação de empresa especializada torna-se indispensável.

2.9 - A existência de ampla oferta de empresas no mercado de engenharia assegura a competitividade, a transparência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.10 - A contratação indireta otimiza o cronograma de execução, evita desperdícios decorrentes de parcelamentos ineficientes e assegura maior padrão de qualidade técnica.

<b>DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO</b>
-------------------------------------

3.1. A presente contratação tem por escopo a execução de obra de engenharia destinada à construção da Unidade Básica de Saúde, denominada Maria José da Silva, localizada no



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

município de Delta, Estado de Minas Gerais. Os serviços a serem implementados englobam todas as fases construtivas necessárias para a integralidade da edificação, desde a etapa de fundação até os acabamentos finais, incluindo instalações e sistemas complementares, visando assegurar a plena funcionalidade da unidade de saúde.

3.2. Os serviços essenciais para a consecução do objeto contratual compreendem, de forma sumária:

- Edificação de nova estrutura física;
- Instalações elétricas, hidrossanitárias e de comunicação de dados;
- Execução de acabamentos internos e externos;
- Implementação de paisagismo e urbanização na área externa;
- Instalação de sistemas de prevenção e combate a incêndio, quando aplicável.

3.3. Todos os serviços deverão ser executados em estrita observância às normas sanitárias e regulamentações específicas para estabelecimentos assistenciais de saúde, incluindo as RDCs da ANVISA e demais normativos pertinentes.

3.4. O valor global estimado para a presente contratação perfaz a quantia de R\$ 2.141.270,75 (dois milhões, cento e quarenta e um mil, duzentos e setenta reais e setenta e cinco centavos). Este montante foi estabelecido com base em planilha orçamentária detalhada, parte integrante do estudo técnico preliminar, e considera os preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentos comprobatórios, em conformidade com o artigo 23, §2º da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, conforme preceituado na Lei nº 14.133/2021. A obra ou serviço é executado por um valor fixo e total. Tanto a Administração quanto a contratada assumem riscos de variações nos quantitativos executados em relação ao previsto na planilha orçamentária.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

3.6. Em consonância com a Orientação Técnica OT - IBR 002/2009 e o estudo técnico preliminar, a obra em questão é classificada como obra de engenharia, em virtude de sua natureza e complexidade técnica.

3.7. De acordo com a normativa técnica - IBR 001/2021, e em face da Lei 14.133/21, a obra em tela é considerada de caráter comum, haja vista que os serviços apresentam um reduzido nível de complexidade técnica, os métodos construtivos e materiais são amplamente empregados no mercado, e os critérios de desempenho e qualidade encontram-se padronizados.

#### **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A empresa a ser contratada deverá estar legalmente constituída, com especialização comprovada no ramo da engenharia, devidamente habilitada e regulamentada pelos conselhos profissionais competentes, em estrita observância à legislação vigente e às diretrizes técnicas aplicáveis.

4.2. Qualificação Técnica:

4.3. Comprovação de inscrição ou registro da empresa e do profissional técnico responsável junto ao conselho de classe pertinente (CREA/CAU).

4.4. Apresentação de cópia autenticada ou original de atestado técnico, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente vinculado à respectiva certidão de acervo técnico (CAT) expedida pelo conselho competente em nome do profissional, que demonstre capacidade técnico-profissional mediante a execução de obra ou serviço de características análogas para fins de contratação.

4.5. Apresentação de cópia autenticada ou original de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da pessoa jurídica, que comprovem capacidade técnico-operacional, regularmente expedidos pelo conselho profissional competente, em nome do profissional da empresa à época da prestação dos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

serviços/obra a que se referem os atestados, evidenciando capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

4.6. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, sendo consideradas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

4.7. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido por empresa que participe da mesma licitação.

4.8. Na hipótese de apresentação, por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha integrado e, caso o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não especifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão observados os seguintes critérios para avaliação da qualificação técnica:

4.9. Se o atestado tiver sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, exceto em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nas quais todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

4.10. Se o atestado tiver sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada consorciado de acordo com seus respectivos campos de atuação, inclusive em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

4.11. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não esteja expressamente indicado no atestado ou na certidão, deverá ser anexada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

4.12. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham motivado a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei nº 4.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, prescrição técnica ou qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

4.13. O licitante deverá apresentar declaração formal que realizou vistoria minuciosa no local da prestação dos serviços objeto do contrato, tomando conhecimento das condições reais de execução dos serviços, bem como de todas as informações e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, ou declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto deste Edital, assumindo total responsabilidade pela não realização da vistoria, não podendo apresentar questionamentos futuros que impliquem em avenças técnicas ou financeiras, isentando o município de Delta de qualquer reclamação ou reivindicação. (Art. 63, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021).

#### **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentaria nº 02.07.10.301.0032.449051.00-Rubrica - 146 – (Saúde).

#### **DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1** A proposta deverá ser apresentada de forma única, contemplando todos os itens constantes da planilha orçamentária integrante do processo licitatório para a construção de Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, devendo indicar os valores unitários e totais por item, bem como o valor global da proposta, podendo ser utilizada a planilha modelo anexa ao edital ou modelo próprio que contenha integralmente as informações exigidas.

**6.2** A descrição do objeto deverá estar em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes no item 3 do Termo de Referência/Projeto Básico, observadas as diretrizes técnicas do Ministério da Saúde aplicáveis às UBS Porte I.

**6.3** Os preços deverão ser apresentados por item, com indicação do valor unitário e do valor total, expressos em moeda corrente nacional (Real), em algarismos, com no máximo duas casas decimais, apurados na data da apresentação da proposta.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

**6.4** Nos preços unitários deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, tais como materiais, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, tributos, transporte, equipamentos, seguros, administração, BDI e demais despesas correlatas, sendo tais encargos de exclusiva responsabilidade da contratada.

**6.5** O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

**6.6** A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, admitindo-se o uso de termos técnicos consagrados. Os preços ofertados deverão ser fixos, em reais, compatíveis com os valores praticados no mercado, observados os parâmetros orçamentários definidos pela Administração.

**6.7** As propostas que atenderem às exigências formais serão submetidas à análise quanto à existência de erros materiais, podendo a Comissão de Contratação ou o Agente de Contratação proceder às correções da seguinte forma:

**6.8** Havendo erro na transcrição das quantidades previstas na planilha, será efetuada a correção da quantidade e do valor unitário, preservando-se o valor total do item.

**6.9** Constatado erro na multiplicação do valor unitário pela quantidade correspondente, será ajustado o valor unitário, mantendo-se a quantidade e o valor total do item.

**6.10** Verificado erro de soma, será retificado o valor global, considerando-se os valores parciais devidamente corrigidos.

**6.11** O valor global da proposta será ajustado conforme os procedimentos de correção previstos, mantendo-se a coerência com os valores unitários e totais corrigidos.

**6.12** A proposta deverá contemplar integralmente todos os itens e respectivas quantidades constantes da planilha orçamentária, sendo obrigatória a cotação para a totalidade das unidades previstas, sob pena de desclassificação.

**6.13** Será desclassificada a proposta que:

**6.14** Estiver em desacordo com as disposições do edital e seus anexos;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

**6.15** Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios, nulos, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham sua viabilidade demonstrada por meio de documentação comprobatória de que os custos são compatíveis com os praticados no mercado, nos termos da legislação vigente;

**6.16** Apresentar preços superiores aos valores estimados pela Administração, quando expressamente vedado no instrumento convocatório;

**6.17** Contiver proposta alternativa, condicionada ou vinculada à oferta de outro licitante;

**6.18** A apresentação da proposta implica aceitação plena e irretratável de todas as especificações técnicas e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

**6.19** O envio da proposta pressupõe o pleno conhecimento das exigências de habilitação e das condições contratuais previstas no instrumento convocatório, responsabilizando-se o licitante pelo cumprimento integral das obrigações assumidas.

#### **DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES**

**7.1** O prazo para execução do objeto será de 14 (quatorze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, caracterizando-se como contratação por escopo, nos termos do inciso XVII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

**7.2** O prazo de vigência do Termo de Contrato será de 14 (quatorze) meses, contados da data de sua assinatura.

**7.3** A vigência contratual poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo, devidamente justificado conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021

**7.4** Tratando-se de obra ou serviço com escopo previamente definido, o prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no período inicialmente estabelecido, desde que observadas as disposições do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

**7.5** Caso a não conclusão do objeto decorra de culpa da contratada, esta será formalmente constituída em mora, sujeitando-se às sanções administrativas cabíveis. Nessa hipótese, a Administração poderá optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legalmente previstas para assegurar a continuidade da execução da obra.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

**7.6** Todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços correrão integralmente por conta da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

**7.7** Homologado o resultado do certame, o adjudicatário será convocado para assinatura do Termo de Contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, hipótese em que poderá ser concedida prorrogação uma única vez, por igual período.

<b>DO PAGAMENTO</b>
---------------------

**8.1** O valor contratado será fixo, expresso em moeda corrente nacional (Real), compatível com os preços praticados no mercado, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, transporte, taxas, seguros e demais despesas incidentes, não cabendo qualquer ônus adicional ao Município de Delta/MG.

**8.2** Por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante a juntada da Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) do seu domicílio tributário. Caso sediada no Município de Delta/MG, deverá apresentar a certidão municipal local; se sediada em outro município, a certidão correspondente à sua sede.

**8.3** O pagamento será efetuado mediante medições mensais, baseadas nos quantitativos efetivamente executados conforme planilha orçamentária contratada, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias entre as medições, devidamente atestadas pelo fiscal do contrato.

**8.4** A liquidação da despesa ocorrerá somente após a verificação da conformidade dos serviços executados com os projetos e especificações técnicas, nos termos do art. 92, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

**8.5** A Nota Fiscal e toda a documentação pertinente à medição deverão ser protocoladas no setor competente do Município de Delta/MG ou encaminhadas ao setor responsável pela fiscalização da obra por meio do endereço eletrônico oficial: [obras@delta.mg.gov.br](mailto:obras@delta.mg.gov.br)

**8.6** A Nota Fiscal deverá estar acompanhada das seguintes certidões e documentos válidos:

8.6.1 Certidões de regularidade fiscal (Municipal, Estadual e Federal);

8.6.8. Relatório fotográfico atualizado da execução dos serviços;

8.6.9 Outros documentos exigidos pela fiscalização.

**8.7** A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente:

8.7.1 descrição do objeto executado;

8.7.2 números do contrato administrativo;

8.7.3 números do processo licitatório;

8.7.4 números do CNO da obra;

8.7.5 identificação da medição correspondente;

8.7.6 dados do convênio ou instrumento de repasse, quando aplicável.

**8.8** Caso a Nota Fiscal seja emitida por empresa estabelecida fora do Município de Delta/MG, deverão ser observadas as disposições da legislação tributária municipal relativas ao ISSQN.

**8.9** Eventuais penalidades pecuniárias poderão ser descontadas dos valores devidos à contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**8.10** Não será admitido pagamento antecipado por serviços não executados.

**8.11** Antes do início da execução da obra, a contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro detalhado para aprovação da fiscalização.

Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

<b>DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</b>
-------------------------------------



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

**9.1** Executar os serviços contratados com observância da melhor técnica disponível, em estrita conformidade com o Projeto Básico, atendendo rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), às especificações, instruções do Município de Delta/MG, normas de segurança do trabalho e à legislação aplicável.

**9.2** A contratada responderá integralmente pela segurança da obra ou serviço até a entrega provisória do objeto à Contratante.

**9.3** A contratada será responsável pelo armazenamento de materiais, não cabendo ao Município disponibilizar local. Caso o armazenamento seja realizado fora do canteiro de obras, deverá informar previamente à Contratante o endereço utilizado.

**9.4** Atender prontamente às orientações e exigências apontadas pela fiscalização durante a execução do objeto contratado.

**9.5** Responder técnica e civilmente pela qualidade e regularidade dos serviços executados.

**9.6** Instalar placa indicativa da obra, conforme layout do Ministério da Saúde, no prazo máximo de 7 (sete) dias após a assinatura da Ordem de Serviço, considerando que os recursos utilizados pertencem ao Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

**9.7** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua execução ou de materiais empregados.

**9.8** Garantir ao Município o direito de sustar, recusar, refazer ou corrigir quaisquer serviços ou produtos que não estejam em conformidade com as normas e especificações técnicas aplicáveis.

**9.9** Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento, transporte, acondicionamento e descarga dos materiais empregados na obra.

**9.10** Garantir a qualidade, segurança, durabilidade e desempenho dos materiais empregados, conforme legislação vigente e especificações do Projeto Básico.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**9.11** Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto contratual.

**9.12** Não transferir ao Município de Delta/MG qualquer responsabilidade decorrente de inadimplência relativa aos encargos mencionados no item anterior, nem onerar o objeto do contrato.

**9.13** O contratado será o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, não podendo sua inadimplência gerar obrigação ou ônus à Administração, nem impedir o uso e registro da obra.

**9.14** A contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à execução da obra, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, treinamento dos trabalhadores, sinalização do canteiro e adoção de medidas preventivas contra acidentes, respondendo integralmente por eventuais ocorrências decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

**9.15** Manter à frente da obra profissional habilitado e qualificado para representá-lo junto à fiscalização.

**9.16** Responder por danos diretos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo próprio ou de seus empregados, sem eximir a fiscalização de suas responsabilidades.

**9.17** Executar o objeto do contrato de acordo com os parâmetros apresentados na proposta e com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

**9.18** Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, caso algum empregado se torne impossibilitado de continuar a execução dos serviços.

**9.19** Comunicar ao Município de Delta/MG todas as ocorrências relevantes durante a execução da obra.

**9.20** Participar de diligências e providências a seu encargo, quando solicitadas pelo Poder Público, com antecedência adequada.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

**9.21** Recolher o ISSQN no Município de Delta/MG, em conformidade com a legislação municipal vigente.

**9.22** Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), o cadastramento da obra no sistema municipal de ISSQN (RECOM) e o cadastro junto ao INSS (CNO – Cadastro Nacional de Obras), conforme legislação aplicável.

**9.23** Garantir a reserva de cargos, nos termos legais, para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, durante todo o período da execução contratual.

**9.24** Cumprir todas as obrigações legais relativas à adequação ambiental durante a execução da obra, nos termos do art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

**9.25** Manter, durante todo o prazo contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

**9.26** Apresentar à fiscalização, ao término da obra, a Certidão de Quitação Previdenciária emitida pela Receita Federal, comprovando a regularidade do INSS referente à mão de obra utilizada.

**9.27** Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo durante a execução do contrato.

<b>DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</b>
--------------------------------------

**10.1** Acompanhar a execução da obra, emitir Ordens de Serviço, fiscalizar os trabalhos e atestar as medições e Notas Fiscais/Faturas referentes à entrega do objeto do Projeto Básico.

**10.2** Rejeitar, total ou parcialmente, quaisquer itens entregues que estejam em desacordo com as especificações do Projeto Básico ou da proposta de preços da contratada.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

**10.3** Notificar formalmente a contratada sempre que forem identificadas irregularidades na execução ou entrega dos serviços e materiais.

**10.4** Determinar, quando necessário, a correção, reparo, remoção ou substituição de materiais ou serviços que apresentem vícios, defeitos ou não conformidades.

**10.5** Conceder à contratada o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação, para regularizar as falhas apontadas.

**10.6** Fornecer informações, esclarecimentos e documentos solicitados pela contratada, quando pertinentes à execução do objeto.

**10.7** Paralisar ou suspender, a qualquer momento, total ou parcialmente, a execução do objeto contratado, mediante pagamento exclusivo pelos serviços ou materiais efetivamente executados até a data da paralisação.

**10.8** Aplicar à contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis.

**10.9** Exigir a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias por meio de documentos pertinentes apresentados pela contratada.

**10.10** Garantir o acesso do pessoal da contratada aos locais de execução da obra, quando necessário.

**10.11** Efetuar o pagamento à contratada nos valores, formas e prazos previstos neste Projeto Básico, após atesto das medições e conformidade com as especificações.

**10.12** Comunicar à contratada qualquer alteração referente à quantidade, local de entrega ou de instalação do objeto, com antecedência suficiente para ajustes na execução.

**10.13** Promover a fiscalização e conferência dos materiais e serviços entregues, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja em conformidade com o Projeto Básico ou normas técnicas aplicáveis.

**10.14** Solicitar formalmente a execução de serviços, indicando a data de início e emitindo a respectiva Ordem de Serviço.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

<b>DA GARANTIA DO CONTRATO</b>
--------------------------------

**11.1.** O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 98 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e até o recebimento definitivo da obra, ou por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual e recebimento provisório, o que ocorrer por último, em valor correspondente a 5% do valor inicial do contrato.

**11.2.** A garantia contratual, fixada em 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser prestada pelo contratado, a seu critério, nas modalidades de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, como condição para a assinatura do contrato, devendo permanecer válida e atualizada durante toda a execução contratual.

**11.3.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**11.4.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**11.5.** Prejuízos diretos causados à Administrações decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**11.6.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela administração à contratada; e

**11.7.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

**11.8.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/21;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**11.9.** Garantia adicional de que trata o subitem anterior, quando prestada, será de 5% (cinco por cento).

<b>DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO E LIQUIDAÇÃO DO CONTRATO</b>
--

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21. O acompanhamento será realizado pelo gestor e fiscal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias anotadas mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o município e a contratada deverão ser formalizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4 O município poderá convocar representante da empresa para a adoção de providências que demandem cumprimento imediato.

12.5. Após a assinatura do contrato, o município poderá convocar o representante da empresa contratada para uma reunião inicial, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização. Este plano conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada (se houver), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, entre outros aspectos.

12.6. Gestor e Fiscal:

**12.6.1 Gestora do Contrato:**

12.6.1.1 Nome completo: Kauani Taynna Ferreira Petterle Cardoso

12.6.1.2 Matrícula: 2554



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

12.6.1.3 CPF: 084.855.318-57

12.6.1.4 Função: Gestora do Contrato

**12.6.2 Fiscal do Contrato:**

12.6.2.1 Nome completo: Suliene Rodrigues da Silva Santos

12.6.2.2 Matrícula: 2465

12.6.2.3 CPF: 142.371.686-89

12.6.2.4 Função: Fiscal do Contrato

12.7. O presente projeto básico é acompanhado da declaração de nomeação de gestor e fiscal do Contrato, sendo que o ordenador da despesa deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução da entrega, do gestor e do fiscal.

12.8. A atualização será realizada nos autos do procedimento licitatório, em caso de afastamento, férias, impedimento ou exoneração dos agentes públicos designados.

12.9. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à contratada, por escrito, para a adoção das providências necessárias à correção das falhas apontadas.

12.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades ocorridas na execução do objeto, incluindo imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, conforme definido pela lei civil.

12.11. A contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso este se afaste das especificações do edital, de seus anexos e da proposta da contratada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

11.12. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.

12.13. As decisões e providências que excederem a competência do fiscal do contrato serão encaminhadas ao gestor para a adoção das medidas pertinentes.

12.14. Caberá aos gestores de contratos o exercício de atividades gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas à gestão dos contratos.

12.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas e observará os seguintes normativos:

12.15.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

12.15.2. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências.

12.15.3. Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF).

12.15.4. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências.

12.15.5. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre a Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

12.15.6. Portaria de Consolidação nº 06, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

12.15.7. RDC 63/2011 ANVISA - Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

12.15.8. RDC 222/2018 ANVISA - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde.

12.15.9. RDC 36/2013 ANVISA - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde.

12.15.10. RDC 15/2012 ANVISA - Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde.

12.15.11. RDC Nº 611, ANVISA - Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas, e demais Normas como as NBR/ABNT.

12.15.12. RDC 197/2017 - Requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.

12.15.13. Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

12.15.14. Resolução Conama nº 358/2005 - Tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

12.15.15. ABNT NBR 9050/2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

12.15.16. ABNT NBR 12.188/2016 - Sistemas centralizados de suprimentos de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em estabelecimentos de saúde.

12.15.17. ABNT NBR 7256/2016 - Tratamento de ar em Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS) - Requisitos para projetos e execução das instalações.

Delta, 19 de Março de 2026.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

Elaborado por:

---

Rafael Augusto de Lima Raymundo  
Subsecretario Municipal de Saúde  
Matricula: 2661





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL/DE PREÇOS**

**Processo Nº**

**Concorrência Eletrônica:**

**Tipo:**

**Objeto:**

<b>RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>
<b>CIDADE:</b>
<b>ESTADO:</b>
<b>TELEFONE:</b>
<b>E-MAIL:</b>

<b>INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTOS:</b>
Banco:
Agência:
Conta:

<b>REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:</b>
Nome/ Nacionalidade/ Estado Civil/ RG/ CPF:
E-mail:
Telefone:

**1. Planilha da proposta:**

Item	Un	Qtd.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total do Item
Valor Global da Proposta: R\$ _____ ( _____ )						

**2. Validade da Proposta: 60 dias;**

A empresa vencedora deverá apresentar PROSPECTO, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e qualificação do item licitado;

A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no Anexo I - termo de referência;

O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento do (s) material (is), bem como Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, que deverão correr totalmente por conta da Empresa vencedora;

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;

Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme Lei n. 14.133/21, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, Lei nº. 14.133/21.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Razão Social da Empresa

Nº do CNPJ

Representante Legal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**HABILITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2026**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2026**

A Pessoa Jurídica ....., com sede na ....., nº ....., complemento ....., bairro ....., cidade ....., Estado ....., inscrita no CNPJ ....., telefone ....., e-mail ....., através de seu representante legal Sr. (a) ....., nacionalidade ....., profissão ....., estado civil ....., RG e CPF ....., residente e domiciliado à ....., pelo presente DECLARA, perante a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Delta, que:

- A) Cumpre e submete-se plenamente os requisitos de habilitação.
- B) Sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
- C) Que a empresa licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- D) Que a empresa licitante NÃO possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- E) Que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Delta.

Quando for o caso:

- F) DECLARA, sob as penas da Lei, que é optante do “SIMPLES NACIONAL”.
- G) DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como  
( ) Microempresa(ME)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

( ) Empresa de Pequeno Porte EPP, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não esta sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 e 49 da citada Lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documentos(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, para a regularização, estando ciente que, do contrario, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei n. 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local, data

Assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**ANEXO IV**  
**MINUTA DO CONTRATO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº\_\_\_/2026)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº**  
**...../2026, QUE FAZEM ENTRE SI A**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA, POR**  
**INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE E**  
**EMPRESA .....**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DELTA/MG, CNPJ N.º**  
**01.020.881/0001-75, com sede na Adilson Antônio Carneiro, nº 25, na cidade Delta/MG,**  
**neste ato representada por sua SECRETÁRIA MUNICIPAL JANAINA LOPES SOARES,**  
**BRASILEIRA, SOLTEIRA, inscrito no CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, sediado a \_\_\_\_\_,**  
**CONTRATANTE, E A \_\_\_\_\_, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº**  
**\_\_\_\_\_, SEDIADO(A) NA \_\_\_\_\_, DORAVANTE DESIGNADO**  
**CONTRATADO, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR \_\_\_\_\_ (NOME E**  
**FUNÇÃO NO CONTRATADO), CONFORME ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA OU**  
**PROCURAÇÃO APRESENTADA NOS AUTOS, TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO**  
**PROCESSO Nº\_\_\_/2026, E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE**  
**ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE**  
**TERMO DE CONTRATO, DECORRENTE DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, MEDIANTE AS**  
**CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR ENUNCIADAS.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para executar serviços de engenharia civil destinados à construção de uma unidade básica de saúde porte I, denominada Maria José da Silva, no município de Delta/MG, visando aprimorar a infraestrutura de atenção primária e garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde da população, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES**

2.1 O prazo para execução do objeto será de 14 (quatorze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, caracterizando-se como contratação por escopo, nos termos do inciso XVII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

2.2 O prazo de vigência do Termo de Contrato será de 14 (quatorze) meses, contados da data de sua assinatura.

2.3 A vigência contratual poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo, devidamente justificado conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021

2.4 Tratando-se de obra ou serviço com escopo previamente definido, o prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no período inicialmente estabelecido, desde que observadas as disposições do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 Caso a não conclusão do objeto decorra de culpa da contratada, esta será formalmente constituída em mora, sujeitando-se às sanções administrativas cabíveis. Nessa hipótese, a Administração poderá optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legalmente previstas para assegurar a continuidade da execução da obra.

2.6 Todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços correrão integralmente por conta da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

2.7 Homologado o resultado do certame, o adjudicatário será convocado para assinatura do Termo de Contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, hipótese em que poderá ser concedida prorrogação uma única vez, por igual período.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

3.1 A presente contratação tem por escopo a execução de obra de engenharia destinada à construção da Unidade Básica de Saúde, denominada Maria José da Silva, localizada no município de Delta, Estado de Minas Gerais. Os serviços a serem implementados englobam todas as fases construtivas necessárias para a integralidade da edificação, desde a etapa de fundação até os acabamentos finais, incluindo instalações e sistemas complementares, visando assegurar a plena funcionalidade da unidade de saúde.

3.2. Os serviços essenciais para a consecução do objeto contratual compreendem, de forma sumária:

- a) Edificação de nova estrutura física;
- b) Instalações elétricas, hidrossanitárias e de comunicação de dados;
- c) Execução de acabamentos internos e externos;
- d) Implementação de paisagismo e urbanização na área externa;
- e) Instalação de sistemas de prevenção e combate a incêndio, quando aplicável.

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

3.3. Todos os serviços deverão ser executados em estrita observância às normas sanitárias e regulamentações específicas para estabelecimentos assistenciais de saúde, incluindo as RDCs da ANVISA e demais normativos pertinentes.

3.4. O valor global estimado para a presente contratação perfaz a quantia de R\$ 2.141.270,75 (dois milhões, cento e quarenta e um mil, duzentos e setenta reais e setenta e cinco centavos). Este montante foi estabelecido com base em planilha orçamentária detalhada, parte integrante do estudo técnico preliminar, e considera os preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentos comprobatórios, em conformidade com o artigo 23, §2º da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, conforme preceituado na Lei nº 14.133/2021. A obra ou serviço é executado por um valor fixo e total. Tanto a Administração quanto a contratada assumem riscos de variações nos quantitativos executados em relação ao previsto na planilha orçamentária.

3.6. Em consonância com a Orientação Técnica OT - IBR 002/2009 e o estudo técnico preliminar, a obra em questão é classificada como obra de engenharia, em virtude de sua natureza e complexidade técnica.

3.7. De acordo com a normativa técnica - IBR 001/2021, e em face da Lei 14.133/21, a obra em tela é considerada de caráter comum, haja vista que os serviços apresentam um reduzido nível de complexidade técnica, os métodos construtivos e materiais são amplamente empregados no mercado, e os critérios de desempenho e qualidade encontram-se padronizados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 A empresa a ser contratada deverá estar legalmente constituída, com especialização comprovada no ramo da engenharia, devidamente habilitada e regulamentada pelos conselhos profissionais competentes, em estrita observância à legislação vigente e às diretrizes técnicas aplicáveis.

4.2. Qualificação Técnica:

4.3. Comprovação de inscrição ou registro da empresa e do profissional técnico responsável junto ao conselho de classe pertinente (CREA/CAU).

4.4. Apresentação de cópia autenticada ou original de atestado técnico, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente vinculado à respectiva certidão de acervo técnico (CAT) expedida pelo conselho competente em nome do profissional, que demonstre capacidade técnico-profissional mediante a execução de obra ou serviço de características análogas para fins de contratação.

4.5. Apresentação de cópia autenticada ou original de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da pessoa jurídica, que comprovem capacidade técnico-operacional, regularmente expedidos pelo conselho profissional competente, em nome do profissional da empresa à época da prestação dos serviços/obra a que se referem os atestados, evidenciando capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

4.6. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, sendo consideradas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

4.7. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido por empresa que participe da mesma licitação.

4.8. Na hipótese de apresentação, por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha integrado e, caso o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não especifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão observados os seguintes critérios para avaliação da qualificação técnica:

4.9. Se o atestado tiver sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, exceto em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nas quais todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

4.10. Se o atestado tiver sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada consorciado de acordo com seus respectivos campos de atuação, inclusive em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

4.11. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não esteja expressamente indicado no atestado ou na certidão, deverá ser anexada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

4.12. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham motivado a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei nº 4.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, prescrição técnica ou qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

4.13. O licitante deverá apresentar declaração formal que realizou vistoria minuciosa no local da prestação dos serviços objeto do contrato, tomando conhecimento das condições reais de execução dos serviços, bem como de todas as informações e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, ou declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto deste Edital, assumindo total responsabilidade pela não realização da vistoria, não podendo apresentar questionamentos futuros que impliquem em avenças técnicas ou financeiras, isentando o município de Delta de qualquer reclamação ou reivindicação. (Art. 63, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021).

**CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1 O valor contratado será fixo, expresso em moeda corrente nacional (Real), compatível com os preços praticados no mercado, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, transporte, taxas, seguros e demais despesas incidentes, não cabendo qualquer ônus adicional ao Município de Delta/MG.

6.2 Por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante a juntada da Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) do seu domicílio tributário. Caso sediada no Município de Delta/MG, deverá apresentar a certidão municipal local; se sediada em outro município, a certidão correspondente à sua sede.

6.3 O pagamento será efetuado mediante medições mensais, baseadas nos quantitativos efetivamente executados conforme planilha orçamentária contratada, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias entre as medições, devidamente atestadas pelo fiscal do contrato.

6.4 A liquidação da despesa ocorrerá somente após a verificação da conformidade dos serviços executados com os projetos e especificações técnicas, nos termos do art. 92, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

6.5 A Nota Fiscal e toda a documentação pertinente à medição deverão ser protocoladas no setor competente do Município de Delta/MG ou encaminhadas ao setor responsável pela fiscalização da obra por meio do endereço eletrônico oficial: [obras@delta.mg.gov.br](mailto:obras@delta.mg.gov.br)

6.6 A Nota Fiscal deverá estar acompanhada das seguintes certidões e documentos válidos:

6.6.1 Certidões de regularidade fiscal (Municipal, Estadual e Federal);

6.6.8. Relatório fotográfico atualizado da execução dos serviços;

6.6.9 Outros documentos exigidos pela fiscalização.

6.7 A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente:

6.7.1 descrição do objeto executado;

6.7.2 números do contrato administrativo;

6.7.3 números do processo licitatório;

6.7.4 números do CNO da obra;

6.7.5 identificação da medição correspondente;

6.7.6 dados do convênio ou instrumento de repasse, quando aplicável.

6.8 Caso a Nota Fiscal seja emitida por empresa estabelecida fora do Município de Delta/MG, deverão ser observadas as disposições da legislação tributária municipal relativas ao ISSQN.

6.9 Eventuais penalidades pecuniárias poderão ser descontadas dos valores devidos à contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

6.10 Não será admitido pagamento antecipado por serviços não executados.

6.11 Antes do início da execução da obra, a contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro detalhado para aprovação da fiscalização.

6.12 Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

#### **CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1 Acompanhar a execução da obra, emitir Ordens de Serviço, fiscalizar os trabalhos e atestar as medições e Notas Fiscais/Faturas referentes à entrega do objeto do Projeto Básico.

7.2 Rejeitar, total ou parcialmente, quaisquer itens entregues que estejam em desacordo com as especificações do Projeto Básico ou da proposta de preços da contratada.

7.3 Notificar formalmente a contratada sempre que forem identificadas irregularidades na execução ou entrega dos serviços e materiais.

7.4 Determinar, quando necessário, a correção, reparo, remoção ou substituição de materiais ou serviços que apresentem vícios, defeitos ou não conformidades.

7.5 Conceder à contratada o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação, para regularizar as falhas apontadas.

7.6 Fornecer informações, esclarecimentos e documentos solicitados pela contratada, quando pertinentes à execução do objeto.

7.7 Paralisar ou suspender, a qualquer momento, total ou parcialmente, a execução do objeto contratado, mediante pagamento exclusivo pelos serviços ou materiais efetivamente executados até a data da paralisação.

7.8 Aplicar à contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis.

7.9 Exigir a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias por meio de documentos pertinentes apresentados pela contratada.

7.10 Garantir o acesso do pessoal da contratada aos locais de execução da obra, quando necessário.

7.11 Efetuar o pagamento à contratada nos valores, formas e prazos previstos neste Projeto Básico, após atesto das medições e conformidade com as especificações.

7.12 Comunicar à contratada qualquer alteração referente à quantidade, local de entrega ou de instalação do objeto, com antecedência suficiente para ajustes na execução.

7.13 Promover a fiscalização e conferência dos materiais e serviços entregues, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja em conformidade com o Projeto Básico ou normas técnicas aplicáveis.

7.14 Solicitar formalmente a execução de serviços, indicando a data de início e emitindo a respectiva Ordem de Serviço.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Executar os serviços contratados com observância da melhor técnica disponível, em estrita conformidade com o Projeto Básico, atendendo rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), às especificações, instruções do Município de Delta/MG, normas de segurança do trabalho e à legislação aplicável.

8.2 A contratada responderá integralmente pela segurança da obra ou serviço até a entrega provisória do objeto à Contratante.

8.3 A contratada será responsável pelo armazenamento de materiais, não cabendo ao Município disponibilizar local. Caso o armazenamento seja realizado fora do canteiro de obras, deverá informar previamente à Contratante o endereço utilizado.

8.4 Atender prontamente às orientações e exigências apontadas pela fiscalização durante a execução do objeto contratado.

8.5 Responder técnica e civilmente pela qualidade e regularidade dos serviços executados.

8.6 Instalar placa indicativa da obra, conforme layout do Ministério da Saúde, no prazo máximo de 7 (sete) dias após a assinatura da Ordem de Serviço, considerando que os recursos utilizados pertencem ao Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

8.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua execução ou de materiais empregados.

8.8 Garantir ao Município o direito de sustar, recusar, refazer ou corrigir quaisquer serviços ou produtos que não estejam em conformidade com as normas e especificações técnicas aplicáveis.

8.9 Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento, transporte, acondicionamento e descarga dos materiais empregados na obra.

8.10 Garantir a qualidade, segurança, durabilidade e desempenho dos materiais empregados, conforme legislação vigente e especificações do Projeto Básico.

8.11 Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto contratual.

8.12 Não transferir ao Município de Delta/MG qualquer responsabilidade decorrente de inadimplência relativa aos encargos mencionados no item anterior, nem onerar o objeto do contrato.

8.13 O contratado será o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, não podendo sua inadimplência gerar obrigação ou ônus à Administração, nem impedir o uso e registro da obra.

8.14 A contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à execução da obra, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, treinamento dos trabalhadores, sinalização do canteiro e adoção de medidas preventivas contra acidentes,



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

respondendo integralmente por eventuais ocorrências decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

8.15 Manter à frente da obra profissional habilitado e qualificado para representá-lo junto à fiscalização.

8.16 Responder por danos diretos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo próprio ou de seus empregados, sem eximir a fiscalização de suas responsabilidades.

8.17 Executar o objeto do contrato de acordo com os parâmetros apresentados na proposta e com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

8.18 Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, caso algum empregado se torne impossibilitado de continuar a execução dos serviços.

8.19 Comunicar ao Município de Delta/MG todas as ocorrências relevantes durante a execução da obra.

8.20 Participar de diligências e providências a seu encargo, quando solicitadas pelo Poder Público, com antecedência adequada.

8.21 Recolher o ISSQN no Município de Delta/MG, em conformidade com a legislação municipal vigente.

8.22 Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), o cadastramento da obra no sistema municipal de ISSQN (RECOM) e o cadastro junto ao INSS (CNO – Cadastro Nacional de Obras), conforme legislação aplicável.

8.23 Garantir a reserva de cargos, nos termos legais, para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, durante todo o período da execução contratual.

8.24 Cumprir todas as obrigações legais relativas à adequação ambiental durante a execução da obra, nos termos do art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

8.25 Manter, durante todo o prazo contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

8.26 Apresentar à fiscalização, ao término da obra, a Certidão de Quitação Previdenciária emitida pela Receita Federal, comprovando a regularidade do INSS referente à mão de obra utilizada.

8.27 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo durante a execução do contrato.

### **CLÁUSULA NONA – GARANTIA DO CONTRATO**

9.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 98 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e até o recebimento definitivo da obra, ou por 90 (noventa) dias após o término da vigência



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

contratual e recebimento provisório, o que ocorrer por último, em valor correspondente a 5% do valor inicial do contrato.

9.2 A garantia contratual, fixada em 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser prestada pelo contratado, a seu critério, nas modalidades de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, como condição para a assinatura do contrato, devendo permanecer válida e atualizada durante toda a execução contratual.

9.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.4 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.5 Prejuízos diretos causados à Administrações decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.6 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela administração à contratada; e

9.7 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

9.8 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/21;

9.9 Garantia adicional de que trata o subitem anterior, quando prestada, será de 5% (cinco por cento).

### **CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**iv. Multa:**

- 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 dias;
- 2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 3. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei n. 14.133, de 2021.

O art. 156, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, esclarece que “a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei”.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta na dotação abaixo discriminada:

Fonte de Recurso: 02.07.10.301.0032.449051.00 – Rubrica – 146 – (Saúde)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

12.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO (art. 92, §1º)**

15.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Uberaba - MG, Seção Judiciária de Uberaba – Mg, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO E LIQUIDAÇÃO DO CONTRATO**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

16.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21. O acompanhamento será realizado pelo gestor e fiscal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias anotadas mediante simples apostila.

16.3. As comunicações entre o município e a contratada deverão ser formalizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.4 O município poderá convocar representante da empresa para a adoção de providências que demandem cumprimento imediato.

16.5. Após a assinatura do contrato, o município poderá convocar o representante da empresa contratada para uma reunião inicial, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização. Este plano conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada (se houver), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, entre outros aspectos.

16.6. Gestor e Fiscal:

#### **16.6.1 Gestora do Contrato:**

16.6.1.1 Nome completo: Kauani Taynna Ferreira Petterle Cardoso

16.6.1.2 Matrícula: 2554

16.6.1.3 CPF: 084.855.318-57

16.6.1.4 Função: Gestora do Contrato

#### **16.6.2 Fiscal do Contrato:**

16.6.2.1 Nome completo: Suliene Rodrigues da Silva Santos

16.6.2.2 Matrícula: 2465

16.6.2.3 CPF: 142.371.686-89

16.6.2.4 Função: Fiscal do Contrato

16.7. O presente projeto básico é acompanhado da declaração de nomeação de gestor e fiscal do Contrato, sendo que o ordenador da despesa deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução da entrega, do gestor e do fiscal.

16.8. A atualização será realizada nos autos do procedimento licitatório, em caso de afastamento, férias, impedimento ou exoneração dos agentes públicos designados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

16.9. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à contratada, por escrito, para a adoção das providências necessárias à correção das falhas apontadas.

16.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades ocorridas na execução do objeto, incluindo imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, conforme definido pela lei civil.

16.11. A contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso este se afaste das especificações do edital, de seus anexos e da proposta da contratada.

16.12. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.

16.13. As decisões e providências que excederem a competência do fiscal do contrato serão encaminhadas ao gestor para a adoção das medidas pertinentes.

16.14. Caberá aos gestores de contratos o exercício de atividades gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas à gestão dos contratos.

16.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas e observará os seguintes normativos:

16.15.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

16.15.2. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências.

16.15.3. Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF).

16.15.4. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências.

16.15.5. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre a Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

16.15.6. Portaria de Consolidação nº 06, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

16.15.7. RDC 63/2011 ANVISA - Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

16.15.8. RDC 222/2018 ANVISA - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde.

16.15.9. RDC 36/2013 ANVISA - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde.

16.15.10. RDC 15/2012 ANVISA - Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde.

16.15.11. RDC Nº 611, ANVISA - Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas, e demais Normas como as NBR/ABNT.

16.15.12. RDC 197/2017 - Requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.

16.15.13. Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

16.15.14. Resolução Conama nº 358/2005 - Tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

16.15.15. ABNT NBR 9050/2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

16.15.16. ABNT NBR 12.188/2016 - Sistemas centralizados de suprimentos de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em estabelecimentos de saúde.

16.15.17. ABNT NBR 7256/2016 - Tratamento de ar em Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS) - Requisitos para projetos e execução das instalações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

17.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

17.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

17.3 Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, valendo-se, pois, em regra, da adoção de índices setoriais ou específicos.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

17.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.5 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

17.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.9 O reajuste será realizado conforme legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

18.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

19.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.5.3 Indenizações e multas.

19.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Delta, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

**Empresa Registrada**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**Secretaria de Saúde**  
**Janaina Lopes Soares**

**Gestora de Contratos**  
**Kauani Taynna Ferreira Petterle Cardoso**

**Fiscal do contrato**  
**Suliane Rodrigues da Silva Santos**

**TESTEMUNHA:**

<b>01</b>	<b>02</b>
-----------	-----------





PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA  
Estado de Minas Gerais

ANEXO V  
ORÇAMENTO COMPLETO



Disponível em:

[https://drive.google.com/drive/folders/1LRJz\\_WQ98AC5gePKbNriG1oxk\\_6-nQyb?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1LRJz_WQ98AC5gePKbNriG1oxk_6-nQyb?usp=drive_link)

	PLANILHA RESUMO	
---	-----------------	---

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - C15	BDI Geral: 18,32%	Encargo Social Mensalista: 72,27%	Data: 23/02/2026
Bancos: SINAPI (02/2026) - CPQS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)	BDI Equipamentos: 11,40%	Encargo Social Horista: 114,58%	Revisão: 00

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES E INDIRETOS	R\$ 162.129,04	7,49%
2	FUNDAÇÃO	R\$ 231.510,80	10,70%
3	ESTRUTURA	R\$ 380.274,35	17,58%
4	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	R\$ 183.461,78	8,48%
5	COBERTURA	R\$ 82.154,24	3,80%
6	IMPERMEABILIZAÇÃO	R\$ 13.832,15	0,64%
7	ESQUADRIAS	R\$ 197.561,34	9,13%
8	REVESTIMENTO DE PAREDE	R\$ 72.166,75	3,34%
9	REVESTIMENTO DE PISO INTERNO	R\$ 102.356,65	4,73%
10	REVESTIMENTO DE PISO EXTERNO	R\$ 17.903,32	0,83%
11	REVESTIMENTO DE TETO	R\$ 30.392,10	1,40%
12	PINTURA	R\$ 78.552,49	3,63%
13	MARMORARIA	R\$ 10.775,99	0,50%
14	LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS	R\$ 60.067,16	2,78%
15	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	R\$ 162.826,06	7,53%
16	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 225.824,04	10,44%
17	CLIMATIZAÇÃO	R\$ 115.261,39	5,33%
18	DADOS E VOZ	R\$ 8.779,74	0,41%
19	GASES MEDICINAIS	R\$ 15.844,30	0,73%
20	URBANIZAÇÃO	R\$ 5.306,94	0,25%
21	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 6.497,63	0,30%
TOTAL		R\$ 2.163.478,26	100,00%

<b>Notas:</b> Estão excluídos do escopo: movimentação de terra, mobiliário e equipamentos, bate-marcas, chapas metálicas das portas, instalações de automação, CFTV, energia fotovoltaica, controle de acesso, CATV, sonorização, luminárias externas, compressor odontológico e bomba de vácuo odontológico portáteis e equipamentos de ar condicionado.
--

Joelma Lucia Faria Oliveira  
Engenheira Civil - CREA MG 368.216/D



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**ANEXO VI**  
**PROJETOS DA OBRA**



Disponível em:

[https://drive.google.com/drive/folders/1yB5eDsudCmbT6Qbwhh2-Fgpw67mKa4Jq?usp=drive link](https://drive.google.com/drive/folders/1yB5eDsudCmbT6Qbwhh2-Fgpw67mKa4Jq?usp=drive_link)

**ANEXO VII**  
**MATRIZ DE RISCO**



Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/11qgfICyzQjKfcgWzk-3PTKGCKh\\_lqSeQ/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/11qgfICyzQjKfcgWzk-3PTKGCKh_lqSeQ/view?usp=sharing)

